

EDUCAÇÃO SEXUAL: uma prática necessária na proteção infantil¹

SEXUAL EDUCATION: a necessary practice for child protection

Josivani Warmling Carvalho ⁱ

RESUMO: A pesquisa analisou percepções de professoras da Educação Básica sobre a educação sexual como ferramenta de prevenção ao abuso infantil. Utilizou abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas realizadas com seis professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em Sinop, Mato Grosso, como análise documental a Base Nacional Comum Curricular. O referencial teórico fundamenta-se em autores como Michel Foucault, Juan Delval, Mary Neide Damico Figueiró. Os resultados evidenciam que, embora reconheçam a relevância do tema, persistem dificuldades, como ausência de material didático, insuficiência de formação continuada, resistência familiar e moralismo social. Conclui-se que a efetivação da educação sexual exige apoio institucional, diretrizes curriculares claras e diálogo com a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação sexual. Prevenção ao abuso infantil. Prática pedagógica.

ABSTRACT²: This research analyzed elementary school teachers' perceptions regarding sex education as a tool for preventing child abuse. It used a qualitative approach with semi-structured interviews conducted with

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ‘EDUCAÇÃO SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO AO ABUSO INFANTIL: mais que um conteúdo, uma prática pedagógica necessária’, sob a orientação da Prof. Dra. Lenita Maria Korbes - Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2025/2.

² Resumo traduzido por Professora Mestra Betsemens Barboza de Sousa. Graduação em Letras Português/Inglês pela UNEMAT Campus de Sinop (2013). Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFMT Cuiabá (2015). Doutoranda em Letras pelo PPGLetras da UNEMAT Campus de Sinop (2025). <http://lattes.cnpq.br/5302438508837994>; teacherbettybarboza@gmail.com.

six teachers from the early years of elementary school in Sinop city, Mato Grosso State, having the Brazilian National Common Curriculum Base as the guide document. The theoretical framework is grounded on authors such as Michel Foucault, Juan Delval, Mary Neide Damico Figueiró. The results show that, although it is recognized the relevance of the topic, some difficulties persist, such as a lack of teaching materials, insufficient ongoing training, family resistance and social moralism. It is concluded that a successful sex education implementation requires institutional support, clear curricular guidelines as also dialogue with the school community.

Keywords: Sex education. Child abuse prevention. Pedagogical practice.

1 INTRODUÇÃO

A educação sexual no ambiente escolar é um tema de grande relevância, mas ainda marcado por tabus e resistências. Sua abordagem contribui para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, favorecendo a compreensão do corpo, o respeito e a identificação de situações de risco. No entanto, muitas escolas tratam a temática de forma pontual, o que limita sua efetividade e deixa os estudantes vulneráveis à desinformação.

Diante desse cenário, justifica-se a necessidade de investigar como as professoras compreendem e aplicam a educação sexual em sua prática pedagógica, especialmente pelo seu papel na prevenção do abuso infantil.

Nesse contexto, o problema que orienta este estudo é: de que forma as professoras da rede pública municipal de Sinop, Mato Grosso, percebem e trabalham a educação sexual em sua prática pedagógica? O objetivo deste estudo é analisar as percepções das professoras, sobre a educação sexual como ferramenta pedagógica.

Para tanto, a pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, o que permitiu compreender experiências, concepções e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Falar sobre abuso sexual infantil é enfrentar uma das questões mais delicadas e urgentes da sociedade contemporânea. Mesmo sendo um tema difícil, é justamente por isso que precisa ser discutido com responsabilidade e clareza, especialmente no ambiente escolar. A escola exerce um papel essencial na formação de crianças e adolescentes, e é nesse espaço que a educação sexual pode atuar de forma direta na prevenção da violência sexual.

Mais do que ensinar sobre o corpo, a educação sexual contribui para desenvolver noções de respeito, limites, cuidado com o outro e, principalmente, o direito que cada um tem de dizer “não”.

Quando as crianças aprendem desde cedo que seu corpo lhes pertence, que ninguém pode tocá-las sem consentimento e que elas podem e devem pedir ajuda, estão sendo capacitadas para reconhecer e evitar situações abusivas.

Entretanto, muitas crianças ainda não sabem identificar quando estão sendo vítimas de violência sexual, justamente por falta de informação e diálogo. Por isso, a escola precisa ser um lugar onde elas se sintam seguras para aprender e falar sobre esse tipo de assunto. Quando tratada com naturalidade, sensibilidade e respeito, a educação sexual deixa de ser um tabu e passa a ser um direito:

“A educação sexual, quando trabalhada com responsabilidade e sensibilidade, contribui significativamente para a prevenção do abuso sexual infantil, pois promove o conhecimento dos direitos e dos limites do próprio corpo” (Leite, 2018, p. 67), como destaca Leite, a educação sexual deve fazer parte da formação cidadã e ética de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma cultura de proteção.

Para isso, é fundamental que os professores e demais profissionais da educação estejam preparados para abordar o tema com responsabilidade. A formação continuada é essencial para que saibam como responder às dúvidas dos alunos, identificar possíveis sinais de abuso e encaminhar os casos de maneira adequada.

A prevenção também envolve ensinar as crianças a diferenciar o que é carinho e o que é um toque inadequado (Silva, 2025). Esse tipo de aprendizado precisa ser feito com linguagem apropriada à idade, dentro do cotidiano escolar, de forma leve, mas assertiva. É importante compreender que a educação sexual não incentiva a sexualização precoce, pelo contrário, ela ensina sobre autonomia, respeito e segurança.

Além disso, a abordagem da sexualidade muitas vezes é reduzida a aspectos biológicos ou à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Contudo, como aponta Miskolci (2012, p. 19), a sexualidade e as diferenças culturais e políticas devem ser entendidas como parte do cotidiano das pessoas, e não apenas como um assunto ligado à saúde pública.

Assim, o autor amplia o olhar sobre a temática e reforça a importância do envolvimento da família e da comunidade. Quando escola, família e sociedade se unem no combate ao abuso infantil, o resultado é mais eficaz. Promover rodas de conversa, oficinas e espaços de escuta ajuda a fortalecer o diálogo e os laços de confiança entre todos os envolvidos.

Dessa forma, educar sexualmente é proteger, é permitir que crianças e adolescentes tenham acesso à informação de qualidade, entendam seus direitos e saibam que não estão sozinhos. Garantir que a escola seja um ambiente de acolhimento, apoio e prevenção é fundamental. Quanto mais o tema for tratado de forma clara e respeitosa, menos espaço haverá para a violência e mais chances teremos de romper o ciclo do silêncio e da impunidade.

A implementação da educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental ganha relevância crescente, pois contribui para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla da sexualidade e fomenta uma visão positiva sobre o tema. Durante a infância, período de rápido desenvolvimento físico e emocional, as crianças demonstram curiosidade natural sobre seus corpos, tornando o ambiente escolar um espaço privilegiado para o diálogo e a aprendizagem.

Falar sobre sexualidade é abordar a história, as emoções e as relações que constituem o ser humano. Nesse sentido, a escola, como instituição central na formação dos indivíduos, não pode se omitir dessa responsabilidade. A educação sexual transcende a mera transmissão de informações biológicas, assumindo papel essencial na formação integral dos estudantes, promovendo o autoconhecimento e prevenindo violências, como o abuso sexual infantil. Ensinar as crianças a nomear corretamente as partes do corpo, compreender o conceito de consentimento e reconhecer limites desde cedo são passos fundamentais para romper o silêncio e fortalecer a rede de proteção.

Contudo, a efetivação dessa prática pedagógica ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito ao amparo legal e às diretrizes curriculares. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), principal documento normativo da educação básica brasileira, não aborda a educação sexual de forma explícita e estruturada, tratando-a como um tema transversal implícito em áreas como ética e direitos humanos. Essa ausência de diretrizes claras gera inseguranças e abre margem para diferentes interpretações, muitas vezes resultando na omissão do tema ou em abordagens superficiais nas escolas.

Como explica Foucault (1999, p. 9-10), a sexualidade foi historicamente tratada como um tabu, envolta em proibições e considerada algo estranho às práticas humanas. Essa perspectiva ajuda a compreender a resistência em institucionalizar a educação sexual de forma plena. A lacuna na BNCC reflete essa construção social e dificulta o trabalho docente, que permanece carente de ferramentas conceituais e metodológicas para desenvolver ações práticas pautadas por um imperativo ético.

Apesar disso, a abordagem de temas relacionados à educação sexual encontra respaldo em importantes legislações brasileiras que garantem os direitos humanos e uma educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos, voltada ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania, com base na igualdade e na liberdade de aprender e ensinar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçam esses princípios, assegurando o direito à proteção integral e a um ambiente escolar livre de preconceitos.

Embora esses marcos legais não mencionem explicitamente a educação sexual, eles fornecem base sólida para que o tema seja tratado de maneira pedagógica e responsável, alinhado à promoção do respeito às diversidades. A escola, além de sua função formativa, deve zelar pela saúde física e psicológica dos estudantes. Nesse contexto, a educação sexual desempenha um papel vital na prevenção da violência, fornecendo informações claras sobre o corpo, o consentimento e os limites pessoais.

Louro (2000, p. 95-96) observa que a escola ensina sobre sexualidade cotidianamente e que uma prática educativa transformadora deve acolher os saberes dos jovens e problematizar as representações de gênero e sexualidade presentes na sociedade, rompendo com a visão estritamente biologista. Por meio de discussões abertas, a educação sexual capacita os estudantes com habilidades de comunicação, empatia e resolução de conflitos, criando um ambiente seguro para expressarem suas dúvidas e preocupações.

No entanto, como ressalta Figueiró (2004, p. 38), a educação sexual ainda ocupa uma posição marginal no currículo, sendo frequentemente praticada de forma isolada por iniciativa de professores

ou interrompida por falta de apoio institucional. Para que seja eficaz, é indispensável que a escola promova o diálogo, estabeleça parcerias com as famílias e a comunidade e crie uma rede de proteção em torno das crianças, garantindo um ambiente acolhedor onde todos se sintam valorizados e protegidos.

O professor emerge, assim, como figura central na identificação e no combate ao abuso sexual, sendo muitas vezes o primeiro a perceber mudanças no comportamento dos alunos. A formação docente, portanto, deve ir além do conhecimento técnico-científico, abrangendo o autoconhecimento e o desenvolvimento da sensibilidade, como afirmam Camargo e Ribeiro (2000, p. 51). Um educador preparado é capaz de criar relações de confiança que encorajam as vítimas a buscar ajuda. Além de identificar sinais de alerta, o professor atua na prevenção, conscientizando os alunos sobre seus direitos e ensinando-os a reconhecer comportamentos inadequados.

Ribeiro (1990, p. 20) enfatiza que o educador deve acreditar em sua proposta, ser coerente e ter sensibilidade para perceber as necessidades dos alunos, analisando com eles diferentes visões sobre o tema sem impor modelos. Os professores são, frequentemente, a principal fonte de informação para os estudantes e, como destaca Delval (2009, p. 20), devem partir das ideias preconcebidas dos alunos para construir um conhecimento adequado sobre o mundo.

O papel do professor, portanto, não se limita à transmissão de informações, mas envolve formar sujeitos críticos, capazes de tomar decisões informadas, pautadas pela dignidade e por princípios éticos. Como resume Egypto (2003, p. 20), a orientação sexual na escola é uma intervenção pedagógica que favorece a reflexão e a problematização da sexualidade, contribuindo para a formação de uma cidadania plena e inclusiva.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para compreender as concepções e práticas de professoras da educação básica sobre a educação sexual e suas contribuições para o desenvolvimento e a proteção das crianças. Esse procedimento permitiu que as participantes compartilhassem experiências e reflexões de forma espontânea, enriquecendo a investigação.

Participaram do estudo seis professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de Sinop Mato Grosso. As entrevistas ocorreram entre junho de 2024 e maio de 2025, realizadas presencialmente ou por áudio, sendo gravadas, transcritas e analisadas. Para preservar o anonimato, as entrevistadas foram identificadas por códigos (P1 a P6), o que favoreceu um ambiente de confiança e segurança para a exposição de suas vivências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das percepções das professoras da Educação Básica sobre a educação sexual como instrumento de prevenção ao abuso infantil revela um cenário complexo, em que há consenso quanto à relevância do tema, mas também a presença de desafios estruturais que dificultam sua efetiva implementação. Esses resultados permitiram aprofundar a compreensão sobre a forma como a temática é abordada e vivenciada no cotidiano escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) são pilares fundamentais que deveriam nortear a prática educacional no Brasil. No entanto, a análise das percepções das professoras revela uma complexa relação entre o que é preconizado nesses documentos e o que efetivamente ocorre em sala de aula, especialmente no que tange à educação sexual.

A investigação mostrou que as professoras têm opiniões divididas sobre a contribuição da BNCC no planejamento da educação sexual. Parte delas (P2, P3 e P4) reconhece que o documento favorece uma abordagem interdisciplinar e transversal, integrando o tema de forma natural nas disciplinas e superando o tabu. Essa visão entende a educação sexual como algo que vai além do aspecto biológico, abrangendo dimensões sociais, emocionais e éticas.

Contrariamente, outras professoras (P5, P6) expressaram ceticismo ou desconhecimento sobre a efetiva contribuição da BNCC. A professora P5, por exemplo, chegou a afirmar que o Ministério da Educação (MEC) retirou esse conteúdo, permitindo a discussão apenas a partir do 8º ano.

(01) P5: Não, pois o MEC retirou esse conteúdo, só pode ser discutido a partir de 8º ano do ensino fundamental.

(02) P6: Bem pouco, primeiro a uma confusão enorme acerca de legislação do que amparar planejamento em sala de aula, nós temos infelizmente em Sinop um sistema muito fechado, apenas para a BNCC, os PCN eram mais abertos onde podíamos trazer os temas transversais e contribuía muito para as aulas, quando veio a BNCC e Sinop enquanto rede adotou apenas a BNCC como sistema a gente ficou sem campo para colocar temas transversais ou algo nesse sentido e claro a BNCC tem o outro o eu e o nós que podemos né trabalhar essa temática, mas a contribuição ao meu ver é pouca.

A professora P6, por sua vez, critica a rigidez da BNCC em comparação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que, segundo ela, ofereciam maior abertura para os temas transversais. Essa tensão entre o potencial normativo e a realidade prática é um ponto crítico.

Em seguida, a pesquisa questionou se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla a temática da educação sexual. A maioria das professoras (P1, P2, P3, P5) afirmou desconhecer ou não lembrar se o PPP aborda o tema, o que demonstra uma fragilidade na articulação entre os documentos institucionais e a prática pedagógica. O PPP, concebido como a alma da escola e fruto de construção

coletiva, conforme Gadotti (2000), deveria funcionar como uma referência clara para a educação sexual, mas na percepção dessas professoras, isso não ocorre.

Apenas a professora P4 mencionou que o PPP de sua escola trata do respeito às diversas orientações sexuais e identidades de gênero, o que indica uma exceção à regra. Em contraponto, destaca-se o depoimento da professora P6, que fez uma crítica contundente à ausência de amparo legal e apoio institucional para tratar o tema.

(03) P6: Eu tive acesso a dois PPP, em minha carreira eu trabalhei em duas escolas e nas duas quando se trata de educação sexual também há confusão, e eu acredito que essa confusão venha mais por conta de fake News, o medo de abordar e trabalhar a temática sexualidade na educação ela é necessária é importante, mas nos documentos eu não tenho amparo legal para estar fazendo isso. Normalmente os professores iguais a mim e alguns que você vá encontrar e eu espero que você também um dia, são professores que saem da curva que peitam o sistema e que faz das suas aulas, uma aula de educação sexual e que foge dos documentos [...].

Ela afirma que muitos professores que abordam a educação sexual o fazem por fora do sistema, com coragem e convicção, mesmo sem respaldo nos documentos oficiais. Pesquisas, como a de Carmo (2023), mostram que a maioria dos PPPs não inclui projetos claros sobre o tema, revelando uma visão conservadora e a dificuldade de integrar a educação sexual de forma efetiva nas escolas.

No que diz respeito à inclusão da educação sexual no currículo, a pesquisa revelou um forte consenso entre as professoras sobre sua importância no ensino fundamental. As justificativas foram diversas, abrangendo desde a necessidade de informação e orientação, até a compreensão do corpo e das relações interpessoais para a formação de um cidadão mais consciente.

(04) P1: Acredito que seja importante a informação e orientação para os alunos, mas em uma certa faixa etária.

(05) P4: A educação sexual ajuda os alunos a entender seu corpo, suas emoções e as relações interpessoais, isso o torna um cidadão mais consciente e informado.

(06) P5: Eu acho fundamental que fosse discutido sobre esse assunto em sala de aula, pois seria ótimo para nossas crianças.

A educação sexual, nesse sentido, não se restringe à biologia, mas abrange aspectos psicosociais, culturais e éticos, capacitando os indivíduos a tomar decisões informadas e responsáveis sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva. Em contrapartida, a professora P6 defende a inserção da

educação sexual desde a creche, adaptada à linguagem infantil, e critica a ideia de uma inclusão pontual ou restrita a campanhas específicas, como o "Maio Laranja".

(07) P6: Atualmente eu acho um mascaramento, é opinião né? Eu penso que é mascarado, pois se nós temos uma legislação, nós temos um poder público, setores nos calçando para fazer, é porque não está sendo feito, um exemplo né, pois se tenho que trabalhar isso no currículo, ou no mês de campanha, é porque não é trabalhado no currículo, pois se estivesse no currículo eu não teria que trabalhar só em mês de campanha como estamos no maio Laranja, é a minha opinião sobre inclusão [...]

Para ela, a educação sexual deve ser uma integração contínua e naturalizada no currículo, permeando todas as etapas da educação básica. Essa perspectiva ressalta a importância de uma abordagem longitudinal e progressiva, que acompanhe o desenvolvimento dos alunos e aborde a sexualidade de forma holística e contextualizada.

Sobre o papel da escola na educação sexual, as professoras também convergem, apontando-a como um espaço fundamental de orientação, escuta, proteção, promoção da saúde e bem-estar. A escola é vista como essencial para proporcionar informações que auxiliem os alunos a identificar situações abusivas e a desenvolver consciência sobre seus corpos e limites, complementando ou, em muitos casos, suprindo o papel da família.

No que tange ao potencial da educação sexual na prevenção ao abuso infantil, elas expressaram unanimidade sobre seu papel fundamental. Todas (P1 a P6) enfatizaram o poder da informação e do diálogo aberto para empoderar crianças e adolescentes.

(08) P2: Eu acredito sim que ela seja uma ferramenta maravilhosa para trabalhar, para se prevenir abuso sexual, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis, só que a pessoa que for dar esse conteúdo ela tem que fazer de uma maneira muito criteriosa, essa informação tem que ser muito pesquisada, e ela tem que falar sobre o corpo, sobre consentimento, sobre limites, e sobre relações saudáveis para a criança receber isso muito bem, entendeu, então eu acho que é uma ferramenta muito boa.

A P2, em particular, ressaltou a importância de abordar consentimento e limites de forma criteriosa, destacando que a educação sexual deve ir além da mera transmissão de fatos biológicos, incluindo a promoção de habilidades socioemocionais e o desenvolvimento de uma cultura de respeito e autonomia.

A P6, contudo, oferece uma análise mais crítica sobre a prevenção do estupro, argumentando que a educação sexual, isoladamente, não previne um ato que considera patológico, mas sim ajuda a combatê-lo e identificá-lo.

(09) P6: [...] Então veja, eu acredito que a educação sexual seja uma forma de ajudar nesses casos um trabalho de combate, mas eu não acredito que em forma de prevenção, pois o estuprador é patológico, é uma doença e ele precisa ser tratado como caso de saúde pública, não podemos fechar os olhos para os estupradores pois eles existem e estão na nossa sociedade, as mulheres que enfiam cabo de vassoura nos anuses das crianças é doente, os homens que estupram nas reservas florestais de nossa cidade são doentes, mas não vamos minimizar o ato, o ato não tem perdão é traumático, mas a educação sexual ela não vai dar conta disso sozinha, precisa ter mais agentes envolvidos [...]

Elá defende uma colaboração entre saúde, educação e segurança para enfrentar a complexidade do abuso sexual. Essa perspectiva é fundamental, pois reconhece que a educação sexual é uma ferramenta poderosa, mas não a única solução para um problema multifacetado que envolve questões sociais, culturais e de saúde pública.

Quanto à preparação docente para abordar esses temas, a maioria (P2 a P6) afirmou se sentir preparada, embora reconheçam a falta de formação inicial ou continuada específica. As experiências práticas, o interesse pessoal e a busca autônoma por conhecimento foram citadas como as principais formas de preparo (P2, P6).

(10) P2: Olha, eu me sinto preparada sim, eu já fiz alguns cursos sobre o assunto, sempre trabalhei isso com os meus alunos, de uma forma bem bacana, de uma forma com que eles entendessem, antes de falar sobre esse assunto eu sempre pesquisei bastante, eu acho que eu me sinto preparada sim, todas as vezes que eu precisei falar sobre isso foi bacana e eu acho que eu contribuí de alguma forma

A P1, embora se sinta preparada, pede mais apoio institucional, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam a formação continuada dos professores em educação sexual, o fato de a maioria não ter participado de formação específica, confirmam uma lacuna. Essa lacuna compromete a qualidade e a abrangência das práticas pedagógicas, tornando a atuação dos professores um ato de coragem e iniciativa individual, muitas vezes desprovido de suporte institucional adequado.

O estudo mostrou que a escola é um espaço adequado para discutir a sexualidade, desde que o tema seja tratado com sensibilidade e respeito. No entanto, a desinformação, o preconceito e a falta de apoio institucional dificultam essa prática. Apesar do consenso entre as professoras sobre a importância da educação sexual para a informação, prevenção e proteção de crianças e adolescentes, sua implementação enfrenta barreiras como lacunas na BNCC e nos PPPs, deficiência na formação docente e ausência de materiais adequados.

Além disso, a resistência de parte da sociedade e das famílias, motivada por moralismo, reforça esses obstáculos. Superar tais desafios requer políticas públicas consistentes, formação qualificada de professores e diálogo entre escola e comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual nas escolas é um tema de fundamental importância para a formação integral de crianças e adolescentes, bem como para a prevenção de diversas formas de violência, em especial o abuso sexual infantil. A pesquisa realizada com professoras do ensino fundamental de Sinop, Mato Grosso, revelou um consenso sobre a relevância da temática, mas também expôs desafios significativos enfrentados na sua implementação.

A ausência de diretrizes claras na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a insuficiência da formação continuada dos docentes, a carência de materiais didáticos adequados e a resistência de parte das famílias e da sociedade são obstáculos que dificultam a efetivação de uma educação sexual crítica e emancipatória.

Apesar desses entraves, a pesquisa demonstrou que, quando a educação sexual é abordada de forma sensível, adequada à faixa etária e pautada no diálogo e no respeito, os alunos respondem positivamente, demonstrando curiosidade e interesse. Os professores, mesmo diante das dificuldades, emergem como agentes essenciais nesse processo, muitas vezes atuando por iniciativa própria para suprir as lacunas institucionais.

Para que a educação sexual possa cumprir plenamente seu papel protetivo e formativo, é imperativo o fortalecimento de políticas públicas que garantam diretrizes curriculares explícitas, formação docente qualificada e a produção de materiais didáticos apropriados.

Além disso, é fundamental promover um diálogo contínuo e construtivo com as famílias e a comunidade escolar, desmistificando tabus e promovendo a compreensão da educação sexual como um direito e uma estratégia de proteção. Ao investir na educação sexual, a escola se fortalece como um ambiente de acolhimento, informação e segurança, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes, autônomos e capazes de estabelecer relações saudáveis, construindo assim uma sociedade mais justa, respeitosa e livre de violências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

CARMO, Michelly Eustáquia do. Educação sexual na escola: análise dos projetos político-pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 104, n. 236, p. 132-151, 2023.

DELVAL, Juan. Aprender na vida e aprender na escola. Porto Alegre: Artmed, 2009.

EGYPTO, Antonio Carlos (Org.). Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas*, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2004.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LEITE, Luciana Heymann. Educação sexual na escola: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, p. 1-18, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. Porto: Porto Editora, 2000.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual além da informação. São Paulo: EPU, 1990.

SARTORI, Jerônimo. Educação sexual na Base Nacional Comum Curricular: análise crítica e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, p. 1-15, 2022.

SILVA, Suelem Nogueira da. Educação e prevenção ao abuso sexual infantil. *Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 202-213, 2025. DOI: 10.30681/reps.v16i1.13936

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNFPA, 2014.

VICENTE, Luciane da Silva. A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: Da abertura ao silenciamento em torno da temática. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 1-20, 2020.

Recebido em: 20 de dezembro de 2025.

Aprovado em: 16 de janeiro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/reps.v16i3.14739>

ⁱ. Josivani Warmling Carvalho. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências humanas e linguagens (FACHLIN, semestre 2025/2. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9899496285673814>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2282-1552>

E-mail: josivani.warnling@unemat.br